



A INFLUÊNCIA DO SAEB NA PROFISSÃO DOCENTE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE OS IMPACTOS DA MERCANTILIZAÇÃO NO TRABALHO EDUCACIONAL

Francisca do Nascimento Pereira Filha (UFAC)¹
Ildemar Vera Campos (SEE/AC)²
Nephi Moraes de Barros (IFRO)³

INTRODUÇÃO

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990 e reformulado ao longo das décadas, consolidou-se como um dos principais instrumentos de avaliação em larga escala no Brasil. Por meio dele, o Ministério da Educação (MEC) coleta dados sobre o desempenho dos estudantes, os quais, associados às informações do Censo Escolar, são utilizados para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este, por sua vez, serve como referência para a formulação de políticas públicas e para o monitoramento da qualidade da educação, influenciando diretamente os rumos da gestão escolar e das práticas pedagógicas em todo o país.

Essa lógica meritocrática, entretanto, imposta pela padronização decorrente das avaliações externas de larga escala, aliada às influências neoliberais na política educacional, levanta questionamentos acerca dos efeitos dessa política avaliativa sobre a prática docente, a autonomia pedagógica e as condições de trabalho nas escolas públicas. Diante disso, o presente trabalho objetiva refletir sobre as implicações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) na reconfiguração da profissão docente e na desvalorização simbólica e prática da escola como espaço de construção do conhecimento. Para tanto, tomamos como base teórica autores como Sacristán (2002), Freitas

¹ Doutora em Educação. Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/UFAC). francisca.filha@ufac.br.

² Mestre em Educação. Professor da Educação Básica (30h) vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Acre, Rio Branco, AC. idelmarcampos@gmail.com.

³ Mestrando em Educação. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico vinculado ao Instituto Federal de Rondônia, São Miguel do Guaporé, RO. nephi.barros@ifro.edu.br.

(2014, 2018) e Lawn e Ozga (1991), que analisam criticamente os processos de mercantilização da educação e as consequências da lógica empresarial aplicada ao ensino.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A principal crítica ao Saeb reside na maneira como ele transforma os resultados das avaliações em instrumentos de responsabilização dos profissionais da educação. Embora os exames sejam elaborados sem a participação direta dos docentes da educação básica, são estes profissionais que acabam sendo responsabilizados pelas notas obtidas pelos estudantes. Além disso, a ausência de diálogo entre os idealizadores da política e os sujeitos escolares limita a compreensão do contexto local, das desigualdades estruturais e das condições materiais que, de fato, influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, outro ponto de destaque reside no foco majoritário nas áreas de língua portuguesa e matemática. Dessa forma, a avaliação restringe a formação dos estudantes a dimensões mensuráveis e a componentes específicos, o que compromete a integralidade da proposta curricular. Conforme argumenta Sacristán (2002, p. 22), “o professor que trabalha não pode refletir sobre sua própria prática porque não tem tempo, não tem recursos, até porque, para sua saúde mental, é melhor que não reflita muito”, fato que evidencia a alienação do trabalho docente em contextos marcados por sobrecarga e falta de apoio institucional. Portanto, ao invés de promover a valorização do educador, o sistema contribui para a sua culpabilização diante de resultados insatisfatórios, ignorando a complexidade e a diversidade dos fatores que afetam o desempenho estudantil.

Outrossim, a incorporação de práticas gerenciais à administração pública, inspirada no ideário neoliberal, vem promovendo a transposição de modelos empresariais para o setor educacional. Nesse contexto, o Saeb e o Ideb passam a ser utilizados como indicadores de produtividade, de modo semelhante ao que

ocorre no setor privado. Escolas e professores são avaliados com base em metas de desempenho, promovendo um ambiente de competição e ranqueamento, fato que fragiliza os vínculos colaborativos e desumaniza as relações pedagógicas.

Nesse sentido, Freitas (2018, p. 49) afirma que “o neoliberalismo constrói um vetor em direção a essa concepção de organização social que tem por base a privatização dos espaços institucionais do estado”, substituindo o direito à educação pública, gratuita e de qualidade por uma lógica de mercado, centrada em resultados e eficiência. Desse modo, a escola deixa de ser concebida como espaço de formação integral e cidadã e passa a ser vista como uma mera prestadora de serviços educacionais, com a adoção de modelos padronizados e terceirizados, os quais enfraquecem o protagonismo dos profissionais da educação e comprometem a construção de propostas pedagógicas contextualizadas.

De maneira análoga, o processo de proletarização do trabalho docente pode ser compreendido como a transformação do professor em um executor de tarefas padronizadas, com pouca ou nenhuma autonomia para interferir nos rumos do seu fazer pedagógico. Lawn e Ozga (1991) comparam essa dinâmica à lógica da linha de montagem industrial, em que o profissional se torna mecanizado, ou seja, perde as habilidades criativas e reflexivas que caracterizam a docência como prática intelectual.

Por conseguinte, o currículo escolar, quando rigidamente vinculado aos objetos de conhecimento cobrados nas avaliações externas, limita a liberdade pedagógica e desconsidera a diversidade dos contextos escolares. A ênfase nos conteúdos cobrados pelo Saeb contribui para um ensino instrumentalizado, voltado à preparação para provas, em detrimento da construção de saberes significativos e relacionados à realidade dos estudantes. Adicionalmente, a desclassificação do trabalho docente manifesta-se também no discurso público, que associa o bom desempenho à eficiência do professorado, ocultando as desigualdades sociais e a precarização das condições de trabalho nas escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES

A análise das implicações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para a profissão docente e para a gestão da educação básica revela que, embora a avaliação em larga escala possa fornecer dados importantes para o diagnóstico do sistema educacional, o seu uso atual tem contribuído para a precarização do trabalho dos professores, para a desumanização das relações escolares e para a consolidação de um modelo de educação pautado pela lógica da performatividade.

Nesse cenário, evidencia-se a ausência de diálogo com os profissionais da educação, a redução dos processos pedagógicos à mensuração de resultados e o enfraquecimento da escola como espaço de formação crítica e cidadã. Tudo isso reforça, por conseguinte, a desigualdade estrutural e limita a construção de uma educação pública mais justa e significativa. Diante dessas transformações, torna-se crucial repensar os rumos da educação, buscando resgatar a sua dimensão crítica e promover uma abordagem mais equitativa e reflexiva.

REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XnB8hC5mP5RjS5QY9GfYwGf/>. Acesso em: 25 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Parâmetros dos itens são divulgados de forma inédita**. Brasília: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/parametros-dos-itens-sao-divulgados-de-forma-inedita>. Acesso em: 3 jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**.



Brasília: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 1 jan. 2024.

OZGA, J.; LAWN, M. O trabalho docente: interpretando o processo de trabalho no ensino. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 140-157, 1991.

SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1697>. Acesso em: 25 out. 2025.